

OEC PAR S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais
Em 31 de dezembro de 2025

OEC PAR S.A.

Demonstrações contábeis individuais
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais

Balancos patrimoniais individuais

Demonstrações do resultado individuais

Demonstrações do resultado abrangente individuais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
OEC PAR S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da OEC PAR S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da OEC PAR S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processo de Recuperação Judicial

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 (b) às demonstrações contábeis individuais, que descreve o processo de recuperação judicial envolvendo a OEC PAR S.A. e suas controladas. Em 07 de março de 2025, o plano de recuperação judicial foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, com efeitos relevantes sobre a estrutura de capital e os passivos financeiros da Companhia. O plano inclui termos e condições para pagamento dos credores e obtenção de um financiamento na modalidade *debtor in possession* ("Financiamento DIP"), recebido em 22 de julho de 2025, e que teve parte dos recursos utilizada para pagamento de *bondholders* e de marcos importantes previstos no plano de recuperação judicial.

Em razão do cumprimento das obrigações previstas no plano, foi proferida decisão judicial, em 11 de março de 2026, que declarou o encerramento da recuperação judicial das Recuperandas do Grupo OEC. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis consolidadas originalmente apresentadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 30 de abril de 2025, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Celso Luiz da Costa Lobo
Contador CRC 1 SP 251526/O-6

OEC PAR S.A.

Balço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	104		Fornecedores	10	136	7
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros		2		Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	11	396	
Tributos a recuperar	6	88				532	7
Despesas antecipadas	7	467					
		<u>661</u>					
				Não circulante			
				Debêntures	12	631.959	
				Sociedades do Grupo	13	717.288	92.893
				Outras contas a pagar com partes relacionadas	13	302.632	
Não circulante				Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.257	
Fundos restritos	8	88.982		Provisão para passivo a descoberto	9	10.444	
		<u>88.982</u>				1.664.580	92.893
Investimentos	9	2.414.342	27.836	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
		<u>2.503.324</u>	<u>27.836</u>	Capital social (*)	14 (a)	1	
				Reserva de capital	14 (d)	878.015	
				Reserva legal			470
				Ajuste de avaliação patrimonial	14 (b)	(157.135)	(74.471)
				Reserva de lucros		117.992	8.937
						838.873	(65.064)
Total do ativo		<u>2.503.985</u>	<u>27.836</u>	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>2.503.985</u>	<u>27.836</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme Nota 14 (a).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC PAR S.A.
 Demonstração individual do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(6.459)	(7)
Equivalência patrimonial	9	173.022	9.367
Lucro operacional		166.563	9.360
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	16	(55.721)	47
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		110.842	9.407
Contribuição social diferido		(597)	
Imposto de renda diferido		(1.660)	
Lucro líquido do exercício		108.585	9.407
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas no final do exercício	14 (c)	98	154

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC PAR S.A.
Demonstração individual dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício		108.585	9.407
Outros resultados abrangentes:			
Itens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	14 (b)	(83.873)	(74.471)
Variação cambial de investidas no exterior	14 (b)	<u>1.209</u>	
Total do resultado abrangente do exercício		<u>25.921</u>	<u>(65.064)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC PAR S.A.

Demonstração individual das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social (*)	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em 26 de agosto de 2024 (Constituição)								
Resultado abrangente do exercício:								
Lucro líquido do exercício							9.407	9.407
Constituição de reservas	14 (d)			470	8.937		(9.407)	
Outros resultados abrangentes	14 (b)					(74.471)		(74.471)
Total do resultado abrangente do exercício				470	8.937	(74.471)		(65.064)
Em 31 de dezembro de 2024								
Resultado abrangente do exercício:								
Lucro do exercício							108.585	108.585
Constituição de reservas				(470)	109.055		(108.585)	
Outros resultados abrangentes	14 (b)					(82.664)		(82.664)
Total do resultado abrangente do exercício				(470)	109.055	(82.664)		25.921
Reestruturação societária	14 (d)		878.015					878.015
Aumento de capital	14 (a)	1						1
Em 31 de dezembro de 2025		1	878.015		117.992	(157.135)		838.873

(*) Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme Nota 14 (a).

OEC PAR S.A.
 Demonstração individual dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		108.585	9.407
Ajustes:			
Equivalência patrimonial	9	(173.022)	(9.367)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	12 (b) 13(a)	49.555	(47)
Caixa aplicado nas operações		(14.882)	(7)
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar	6	(88)	
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros		(2)	
Despesas antecipadas	7	(467)	
Fornecedores		129	7
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		2.654	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(12.656)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições e baixas ao investimento	9 (b) (i)	(1.105.057)	(92.940)
Fundos restritos	8	(88.982)	
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(1.194.039)	(92.940)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas			
Recursos liberados	13	680.956	92.940
Recursos recebidos	13	(57.648)	
Dívida de curto e longo prazos, líquida			
Emissão de debêntures	12 (b)	583.491	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		1.206.799	92.940
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		104	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		104	

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), constituída em 26 de agosto de 2024, com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (“Odebrecht Engenharia”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 4º andar – Parte BN, Conj. 44, Edifício B1 – Aroeira, Vila Gertrudes, São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades que explorem negócios relacionados a Engenharia e Construção, no território nacional e no exterior, sendo as principais atividades: i) prestação de serviços na área de engenharia, sendo estes: consultoria, projetos, fiscalizações, pesquisa, assessoria, estudo técnico, e/ou econômico, planejamento, procura, suprimentos, execução, gestão, gerenciamento, operação, exploração, exploração, produção, lavra, manutenção, conservação, conversão reparação, instalação, ampliação e modernização, em arquitetura e urbanismo, construção civil, máquinas e equipamentos montagem, industrial, eletromecânica, naval, mineração, inclusive, de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos, ou outros meio flutuantes e quaisquer equipamentos, seus ramos e especialidades sob qualquer regime de contratação; ii) prestação de serviços de montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; iii) prestação de serviços gerais subaquáticos, por conta próprio ou de terceiros, inclusive transporte aquaviário e navegação de apoio portuário, exclusivamente na prestação de serviços de dragagem; iv) desenvolvimento de negócios ou participação em negócios de exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbonetos; v) exploração de serviços públicos, precedidos ou não da execução de obras públicas, sob regime de concessão, permissão ou outro qualquer; vi) investimento e participação em licenças de exploração ou concessão de exploração ou em associações para ditos fins; e vii) participações em consórcios ou em outras sociedades, na qualidade de socio ou acionista.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2026.

(a) Reestruturação Societária

A OECPAR foi constituída em 26 de agosto de 2024, com capital social subscrito e integralizado por R\$ 100,00 representado por 100 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, sendo 99 ações subscritas pela Odebrecht Engenharia e 1 ação subscrita pela Novonor.

Em 03 de dezembro de 2024 os acionistas da Companhia aprovaram um aumento de capital social em R\$ 300,00 representado por 300 ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Odebrecht Engenharia.

Após a homologação do PRJ, foi implementada uma reestruturação societária, que consistiu nos seguintes movimentos societários:

- (i) Em 11 de abril de 2025 foi aprovado em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social da Companhia, a Odebrecht Engenharia, no montante de R\$878.015, com a transferência da integralidade das ações da OECS S.A. (“OECS”) e quotas da Tenenge Engenharia Ltda. (“Tenenge”), pela parte relacionada OEC S.A. (“OECSA”);
- (ii) Ato contínuo, a OECSA vendeu as ações ora adquiridas na operação anterior para a Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”), que passou a ser a acionista integral da Odebrecht Engenharia;

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Em 15 de abril de 2025 foi aprovado em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social da Companhia, com a transferência da integralidade das ações da OECI e quotas da Tenenge, sendo destinado R\$1 mil para o capital social e o montante de R\$ 878.015 como reserva de capital da Companhia conforme os termos da lei; e

(a.1) Outras movimentações societárias

(i) Em 17 de dezembro de 2025 foi aprovado em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social da investida OECI, no montante de R\$7.735, com a transferência da integralidade das quotas da Tenenge, pertencentes a Companhia.

(b) Plano de Recuperação Judicial

- Recuperação Judicial

As empresas Odebrecht Engenharia, Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”), OEC Finance Limited (“OEC Finance”), OECI, OEC S.A. (“OECSA”), OENGER S.A. (“OENGER”), CNO S.A. (“CNO”), CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”), Odebrecht Overseas Limited (“OOL”), Tenenge, Belgravia Serviços e Participações S.A. (“Belgravia”), Tenenge Overseas Corporation (“TOC”) em conjunto (“Recuperandas” ou “Recuperandas do Grupo OEC”) ajuizaram pedido de recuperação judicial em 27 de junho de 2024.

O PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo em 07 de março de 2025.

- Reestruturação Societária prevista no PRJ

Após a homologação do PRJ, o grupo Odebrecht Engenharia e Construção implementou uma reestruturação societária, na qual o negócio de Engenharia e Construção, braço principal do grupo Novonor, passou a ter a Companhia como a Holding, a qual consolidou as empresas OECI, Tenenge e a OECPAR Limited, conforme descrito na nota 1 (a).

- Encerramento da Recuperação Judicial

O processo de Recuperação Judicial foi encerrado por decisão judicial proferida em 11 de março de 2026, que reconheceu expressamente o cumprimento regular das obrigações assumidas e a implementação integral das condições estabelecidas no PRJ homologado. Conforme os termos do PRJ as controladas da Companhia, OECI e Tenenge, não figuram como devedoras das obrigações reestruturadas.

(c) Programa de Integridade

A Companhia possui compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas de forma intensa e progressiva, ao longo dos últimos anos, com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial à Companhia. Indicadores e metas de integridade são aplicados na avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Programa de Integridade da Companhia segue as melhores referências de governança corporativa, exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 01 (um) conselheiro independente. Em fevereiro de 2026 a participação de independentes é de 40%. O acompanhamento e supervisão do programa é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer, de forma contínua, ao menos 01 (um) conselheiro independente.

O Programa de Integridade da Odebrecht conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das área de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes ; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

Algumas métricas do Programa de Integridade da Odebrecht podem ser destacadas em 2025: (i) cumprimento do Plano Anual de Treinamento e Comunicação atingindo um índice de conclusão de 99,7% dos treinamentos do grupo meta definido; e (ii) 228 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade, dos quais 14% foram considerados como parcial ou totalmente procedentes, gerando 31 ações de remediação, dentre as quais, 12 demissões.

A Odebrecht, por meio da OEC S.A., é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU). A premiação reafirma o compromisso da Organização com a implementação consistente de mecanismos de prevenção, detecção e remediação de atos relacionados à corrupção, fraudes, violações socioambientais e desrespeito aos direitos humanos.

Reforçando sua atuação responsável, a Odebrecht aderiu ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, iniciativa liderada pela CGU, assumindo voluntariamente um compromisso público com práticas de integridade, ética e transparência.

Além disso, a Companhia é associada ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e integra o Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência, fortalecendo sua participação em agendas coletivas que promovem padrões elevados de governança e responsabilidade corporativa.

Por fim, vale ressaltar que o Programa de Integridade da Odebrecht é certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2027, tendo passado por auditorias externas de um organismo certificador internacional credenciado.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2024 e as novas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme abaixo:

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisadas e vigentes:

- Alteração ao IAS 21 (CPC 02(R2)) Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Avaliar de uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não conversível;
- Alteração ao IAS 28 (CPC 18(R3)) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Atualização sobre reconhecimento e mensuração dos investimentos em coligadas e *joint ventures*;
- Alterações ao IAS 12 (CPC 32) Pillar II - A Lei nº 15.079/2024 instituiu adicional da CSLL para assegurar tributação mínima de 15% a partir de 2025. Não foram identificados efeitos contábeis nas demonstrações financeiras de 2025.
- Reforma Tributária sobre o consumo (Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”)) - A EC nº 132/2023 instituiu a CBS e o IBS, com implementação gradual entre 2026 e 2032. Não houve impactos contábeis nas demonstrações financeiras de 2025.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes:

- Alterações ao IAS 9 e IAS 7 (CPC 48 e CPC 40) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros que estará vigente a partir de 1ª de janeiro de 2026.
- Alterações ao IFRS 18 (CPC 51) Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – Nova norma relacionada a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação que estará vigente a partir de 1ª de janeiro de 2027.
- Alterações ao IFRS 19 (CPC 51) Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – Nova norma que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS que estará vigente a partir de 1ª de janeiro de 2027.
- Alterações ao IFRS 21 (CPC 02 (R1)) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Alterações de escopo de tradução para uma moeda de apresentação hiperinflacionária que estará vigente a partir de 1ª de janeiro de 2027.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas pela administração e são apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras individuais. Tais demonstrações consolidadas foram examinadas pelos auditores independente, que emitiram seu relatório, sem modificação de opinião, com data de 22 de abril de 2026 e estão disponíveis na sede da Companhia.

Essas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial classificados entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes líquidos.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins e estão apresentados conforme Nota 5.

2.4 Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) destas sociedades e classificadas no passivo não circulante em contrapartida do resultado de participações societárias.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas são reconhecidas na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento, decorrentes exclusivamente de variação cambial, são apresentadas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em controladas e coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, relacionados ao reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e de suas respectivas perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros pode ocorrer nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

(i) Custo amortizado: tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e suas respectivas classificações são demonstradas na Nota 4.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(iii) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 48/IFRS 9 a Companhia reconhece uma perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas esperadas são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

Para fins de mensuração os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Custo amortizado: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumentos contratuais firmados entre as empresas do Grupo Novonor. Conforme Nota 13, as principais naturezas das operações são:

Outras contas a receber/pagar do Grupo decorrem de atividades vinculadas ao exercício regular dos negócios do Grupo, tais como: prestação de serviços técnicos; reembolso de despesas; repasse de despesas com serviços de terceiros com prazo de recebimento inferior a 365 dias, cessão de créditos e assunção de dívidas.

Mútuos são operações de empréstimos de recursos financeiros e poderão ter incidência de encargos. Estão regidos por instrumento contratual "Contrato de Mútuo", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor.

Notas comerciais são títulos de crédito escriturais regulamentados pela Lei nº 14.195/2021, e emitidos por sociedades anônimas, limitadas ou cooperativas. No Grupo, são utilizadas para formalizar operações financeiras, sem natureza operacional, garantindo documentação e governança das transações.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social, conforme demonstrado na Nota 14. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

2.8 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas, conforme demonstrado na Nota 14 (c).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de premissas, estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro embasadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e apresentam risco significativo para as demonstrações financeiras, estão contempladas na Nota 9 - Investimentos e provisão para passivo a descoberto.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	
	2025	2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e bancos	104	
Fundos restritos	88.982	
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	2	
Despesas antecipadas	467	
	<u>89.555</u>	
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Debêntures	631.959	
Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos	136	7
Partes relacionadas	717.288	92.893
Outras contas a pagar com partes relacionadas	302.632	
	<u>1.652.015</u>	<u>92.900</u>

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	
Liquidez imediata	<u>104</u>
	<u>104</u>

6 Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 88 corresponde a imposto de renda retido na fonte a recuperar sobre aplicações financeiras.

7 Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 467 corresponde a prêmios de seguros a apropriar.

8 Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 88.982 corresponde a conta garantida decorrente do recebimento do financiamento DIP. O saldo tem rendimento de 100% CDI ao ano e o resgate está atrelado ao cumprimento das obrigações das debêntures, conforme Nota 12.

9 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

(a) Informações sobre as investidas

	31 de dezembro	% de participação da Companhia	Ativos totais	Passivos (Circulante e não circulante)	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Receita bruta	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Coligada							
Tenenge (i)	2024 2025	21,99% 0,00%	238.207	111.621	126.586	228.378	42.597
Controladas							
OEC PAR Limited (ii)	2024 2025	100,00% 100,00%	401.327	411.771	(10.444)		(10.138)
OECI (iii)	2024 2025	0,00% 100,00%	3.198.792	784.450	2.414.342	1.542.636	217.261

(i) Em abril de 2025, decorrente da reestruturação societária, a Tenenge passou a ser controlada da Companhia, com 100% de participação. Em dezembro de 2025, a Companhia aportou a participação da Tenenge na investida OECI S.A., conforme detalhado na Nota 1 (a).

(ii) A OEC PAR Limited foi constituída com capital social a integralizar, e não apresentou nenhum outro movimento no período, portanto, o investimento na data de 31 de dezembro de 2024 foi zero.

(iii) Em 15 de abril de 2025 a Odebrecht Engenharia aportou na Companhia os investimentos da OECI conforme detalhado na Nota 1 (a).

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do investimento e provisão para passivo a descoberto

	Saldo no início do exercício	Aumento de capital (i)	Alienação de investimento	Reestruturação Societária (ii)	Ajuste de avaliação patrimonial	Variação cambial de investidas no exterior	Equivalência Patrimonial (iii)	Saldo no final do exercício
Investimentos								
Tenenge	27.836	17.142	(7.735)		(6.595)		(30.648)	
OECI		1.398.282		878.015	(77.278)	1.514	213.809	2.414.342
Em 31 de dezembro de 2025	27.836	1.415.424	(7.735)	878.015	(83.873)	1.514	183.161	2.414.342
Em 31 de dezembro de 2024		92.940			(74.471)		9.367	27.836
Provisão para passivo a descoberto								
OEC PAR Limited						(305)	(10.139)	(10.444)
Em 31 de dezembro de 2025						(305)	(10.139)	(10.444)

(i) As adições referem-se aos aportes de capitais da Companhia nas suas controladas, sendo o montante de R\$ 1.105.057 mediante remessas de caixa ocorridas ao longo do exercício de 2025, para suprir as necessidades operacionais; R\$ 302.632 referente a mútuo aportado conforme Nota 13; e R\$ 7.735 aporte de investimento na Tenenge, conforme Nota 1 (a.1).

(ii) Em abril de 2025 foi implementada a reestruturação societária. A partir desse momento a Companhia passou a deter participação de 100% na OECI.

(iii) Saldo de equivalência patrimonial de 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 173.022

10 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 os saldos de fornecedores no montante de R\$ 136 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 7), correspondem, em sua totalidade, fornecedores em moeda nacional.

11 Impostos, taxas, salários e contribuições sociais

	2025
Imposto de renda retido na fonte a recolher	82
PIS e COFINS a recolher	50
INSS a recolher	85
Salários e benefícios a pagar	179
	<u>396</u>

12 Debêntures

Em 05 de junho de 2025, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Companhia (“Escritura” ou “Escritura de Emissão”), por meio da qual a Emissora realizou a sua 1ª (primeira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de até R\$1.050.000 (um bilhão e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente).

Em 22 de julho de 2025, foi celebrado o Primeiro Aditamento da Escritura de Emissão, para refletir os ajustes decorrentes do Procedimento de Conversão, notadamente para alterar ou ratificar, conforme o caso: (i) o Valor Total da Emissão; (ii) a quantidade total de Debêntures objeto da Emissão; (iii) a Colocação Parcial das Debêntures; (iv) a Data de Vencimento das Debêntures; e (v) os cronogramas de pagamento da Remuneração e do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 24 de julho de 2025, foi celebrado o Segundo Aditamento da Escritura de Emissão, a fim de possibilitar a integralização das Debêntures subscritas pelos Subscritores Pendentes, no qual foram ajustados determinados termos e condições da Escritura de Emissão para prever a possibilidade de integralização das Debêntures em data posterior à primeira Data de Integralização, bem como realizar os demais ajustes necessários decorrentes da tal previsão, incluindo a forma e o preço de subscrição de referidas Debêntures, bem como a previsão de que tais Debêntures poderão ser integralizadas fora do ambiente da B3.

O valor total da emissão foi de R\$ 672.963 (equivalente a US\$ 120.800), totalmente integralizado no dia 22 de julho de 2025.

(a) Composição das debêntures

Emissão	Operação	País	Moeda	Encargos financeiros anuais	Vencimento final	2025
1º Emissão	DIP	Brasil	BRL	Juros pré-fixados 18% + Variação do dólar	07/2029	721.431
					(-) Custos de transação	(89.472)
					Passivo não circulante	631.959

(b) Movimentação das debêntures

País - Brasil	Novas emissões	Encargos Financeiros	Custo de transação	Amortização de custo de transação	Saldo no final do exercício
Debêntures	672.963	48.468			721.431
(-) Custos de transação - Debêntures			(100.499)	11.027	(89.472)
	672.963	48.468	(100.499)	11.027	631.959

O montante de debêntures classificado como passivo não circulante, apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	2025
2027	170.675
2028	363.159
2029	187.597
	721.431
(-) Custos de transação	(89.472)
	631.959

(c) Cláusulas específicas

O contrato de debêntures da Companhia possui cláusulas de *covenants* não financeiros, os quais vem sendo cumpridos a cada período de relatório.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Partes relacionadas

Movimentação dos saldos de partes relacionadas

	Saldo no início do exercício	Movimentação Societária (i)	Adições (ii)	Baixas (iii)	Juros	Variação cambial	Saldo no final do exercício
Passivo não circulante							
Sociedades do Grupo							
Bento Pedroso Construções, S.A. ("BPC")	92.893		206.022	(57.648)	3.009	(5.002)	239.274
OEC PAR Limited			62.686			1.473	64.159
CNO			40.000		25	1	40.026
OECI			305.748		1.231		306.979
Tenenge			66.500		350		66.850
	92.893		680.956	(57.648)	4.615	(3.528)	717.288
Outras contas a pagar com partes relacionadas							
Bento Pedroso Construções, S.A. ("BPC")		302.632					302.632
		302.632					302.632
Em 31 de dezembro de 2025	92.893	302.632	680.956	(57.648)	4.615	(3.528)	1.019.920
Em 31 de dezembro de 2024			92.940		9	(56)	92.893

(i) Em dezembro de 2025, BPC cedeu para a Companhia mútuo ativo com a OECI Angola, que em ato contínuo aportou na investida OECI.

(ii) Saldos correspondem a recursos recebidos pela Companhia, a título de mútuo e notas comerciais com partes relacionadas.

(iii) Saldos correspondem a recursos enviados pela Companhia, a título de liquidação parcial de mútuo.

14 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

A OECPAR foi constituída em 26 de agosto de 2024, com capital social subscrito e integralizado por R\$ 100,00 representado por 100 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, sendo 99 ações subscritas pela Odebrecht Engenharia e 1 ação subscrita pela Novonor.

Em 03 de dezembro de 2024 os acionistas da Companhia aprovaram um aumento de capital social em R\$ 300,00 representado por 300 ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas na época pela acionista Odebrecht Engenharia.

Em 15 de abril de 2025 foi aprovado em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social da Companhia, com a transferência da integralidade das ações da OECI e quotas da Tenenge, sendo destinado R\$ 1 (um mil reais) para o capital social e o montante de R\$ 878.015 como reserva de capital da Companhia conforme os termos da lei.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é de R\$ 1.400 (mil e quatrocentos reais) subscrito e integralizado, sendo representado por 1.400 ações nominativas.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada com base no disposto pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitam pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(74.471)	
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i)	(83.873)	(74.471)
Variação cambial de investidas no exterior	1.209	
Saldo final do exercício	<u>(157.135)</u>	<u>(74.471)</u>

(i) Refere-se ao ganho e perda oriundos da reestruturação societária, conforme Nota 9 (b).

(c) Resultado por ação

	2025	2024
Lucro líquido do exercício aos acionistas da Companhia	108.585	9.407
Média ponderada da quantidade de ações (unidades), por classe		
Ações ordinárias	<u>1.112</u>	<u>61</u>
Lucro por ação		
Ações ordinárias	<u>98</u>	<u>154</u>

(d) Reserva e retenção de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, mediante a aplicação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de quaisquer outras destinações, até que atinja 20% do capital social. Essa reserva tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de lucros

Os lucros líquidos do exercício, após as destinações legais, são destinados a criação de reserva de lucros, conforme decisão dos administradores ou em assembleia de sócios, com base nos objetivos e necessidades da Companhia. Essas reservas podem ser utilizadas para expansão das atividades, investimentos ou reforço de capital de giro, entre outras finalidades estratégicas.

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral nos períodos em referência.

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva de capital

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Os recursos nela apropriados só podem ser usados pela companhia para as finalidades indicadas no art. 200 da Lei das S.A e parágrafo único: (a) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros (artigo 189, parágrafo único); (b) resgate, reembolso ou compra de ações; (c) resgate de partes beneficiárias; (d) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (artigo 17, § 5º); e (e) Resgate de partes beneficiárias, se usados apenas recursos da reserva provenientes da venda desses valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva de capital é de R\$ 878.015.

15 Despesas operacionais gerais e administrativas (gastos por natureza)

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Despesas com pessoal	(3.546)	
Serviços de terceiros	(1.565)	
Seguros	(1.033)	
Outros	(315)	(7)
	<u>(6.459)</u>	<u>(7)</u>

16 Resultado financeiro, líquido

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Receitas de aplicações financeiras	5.813	
Variação cambial, líquida	3.302	
Juros partes relacionadas (Nota 13)	(4.615)	
Encargos financeiros debêntures - juros (Nota 12 (b))	(55.108)	
Encargos financeiros debêntures - Variação cambial (Nota 12 (b))	6.640	
Encargos financeiros debêntures - custo de transação (Nota 12 (b))	(11.027)	
Outros, líquido	(726)	47
	<u>(55.721)</u>	<u>47</u>

OEC PAR S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Garantias (não auditado)

As garantias oferecidas pela Companhia estão demonstradas conforme indicado a seguir:

<u>Tipo de garantia oferecida</u>	<u>Modalidade</u>	<u>31 de dezembro de 2025</u>
Garantia Bancária	Garantia de proposta (<i>Bid Bond</i>)	60.370
	Adiantamento de Pagamento (<i>Advance Payment Bond</i>)	940.205
Seguro Garantia	Garantia de Execução (<i>Performance Bond</i>)	2.018.519
	Garantia de Execução e Pagamento (<i>Performance And Payment Bond</i>)	22.025
	Garantia de Manutenção (<i>Maintenance Bond</i>)	124.744
	Outros	34.948
		<u>3.200.811</u>

No processo de conquista e na execução de contratos no Brasil e no exterior, a Companhia e suas controladas utilizam seguro-garantia ("*Surety Bond*"), obtido com o apoio da Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda, empresa integrante do Grupo Novonor, através de alianças estratégicas de longo prazo com seguradoras e corretoras de primeira linha no mercado segurador global.

Garantias das Debentures

A Companhia estruturou um pacote de garantias para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da emissão de debêntures, conforme instrumentos contratuais específicos e legislações aplicáveis.

As principais garantias abrangem: i) alienação fiduciária das ações da Companhia; ii) cessões fiduciárias de recebíveis e contas vinculadas a contratos de EPC e de prestação de serviços de projetos em carteira; e iii) a cessões fiduciária de direitos creditórios oriundos de ações judiciais (*legal claims*).

18 Eventos subsequentes

Saída da Recuperação judicial

Conforme mencionado na Nota 1, item b, em razão do cumprimento das obrigações previstas no plano, foi proferida decisão judicial, em 11 de março de 2026, que declarou o encerramento da recuperação judicial das Recuperandas do Grupo OEC.

* * *